

# Desafios e perspectivas: políticas públicas para o trabalho com a leitura na educação pública

Challenges and perspectives: public policies for reading work in public education

Desafíos y perspectivas: políticas públicas para el trabajo con la lectura en la educación pública

---

ERICLES SOUZA ALVES<sup>1</sup>

FABÍOLA MÔNICA DA SILVA GONÇALVES<sup>2</sup>

**RESUMO:** O estudo examinou a percepção dos professores da Escola Municipal Professora Donatila da Costa Lima, em Santa Cruz do Capibaribe, PE, sobre o ensino da leitura. A pesquisa foi qualitativa e descritiva, usando um questionário online. Por fim, compreendemos que é crucial adaptar as políticas educacionais às necessidades de cada escola para promover eficazmente a leitura e o desenvolvimento dos alunos.

**PALAVRAS-CHAVE:** Leitura; políticas públicas educacionais; educação pública.

**ABSTRACT:** The study examined the perception of teachers at the Municipal School Professora Donatila da Costa Lima, in Santa Cruz do Capibaribe, PE, regarding reading instruction. The research was qualitative and descriptive, utilizing an online questionnaire. Ultimately, we understand that it is crucial to tailor educational policies to the needs of each school to effectively promote reading and student development.

**KEYWORDS:** Reading; educational public policies; public education.

**RESUMEN:** El estudio examinó la percepción de los profesores de la Escuela Municipal Professora Donatila da Costa Lima, en Santa Cruz do Capibaribe, PE, sobre la enseñanza de

1. Rede municipal de ensino de Santa Cruz do Capibaribe e Panelas, Pernambuco.

2. Campus I/CEDUC/UEPB; PPGFP/UEPB.

la lectura. La investigación fue cualitativa y descriptiva, utilizando un cuestionario en línea. En última instancia, comprendemos que es crucial adaptar las políticas educativas a las necesidades de cada escuela para promover eficazmente la lectura y el desarrollo de los alumnos.

PALABRAS CLAVE: Lectura; políticas públicas educativas; educación pública.

## INTRODUÇÃO

Na esfera da educação pública, a escola desempenha um papel crucial ao introduzir as crianças no mundo dos conhecimentos científicos, na formalização do saber produzido pela humanidade, dentre os quais destacamos aqui a leitura. Nesse contexto, os professores são vistos como mediadores na construção de uma formação leitora abrangente, por conta da possibilidade de elaborar estratégias com o intuito de despertar o interesse dos estudantes por essa prática que se configura um conteúdo tanto científico quanto social.

Neste sentido, ao promover a formação de leitores nas escolas públicas de ensino básico, o Ministério da Educação (MEC) desenvolve uma variedade de atividades (BRASIL, 2023). Essa iniciativa não apenas distribui livros didáticos e literários, mas também incentiva a prática da leitura e monitora de perto sua implementação. As diretrizes condicionais que estabelecem critérios que devem ser cumpridos para que determinadas políticas, práticas ou procedimentos sejam seguidos ou executados, estimulam a adoção de práticas de leitura variadas, valorizando uma ampla gama de textos.

No que diz respeito ao ensino e à aprendizagem da leitura, os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs, 1997) enfatizam a ideia de “trabalho com a leitura”, ressaltando que é preferível promover o desenvolvimento de atividades coletivas que envolvem, por meio do texto, o professor, o aluno e o autor. Além disso, a Base Nacional Comum Curricular (BNCC, Brasil, 2018) amplia o escopo dos objetos de leitura, incluindo gêneros multissemióticos e multimidiáticos, para além dos gêneros impressos tradicionais consagrados pela escola. Por sua vez, a recente alteração à Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei 14.407/22) incorpora a alfabetização plena e a capacitação progressiva para a leitura ao longo da educação básica como requisitos fundamentais para a realização dos direitos educacionais e objetivos de aprendizagem, bem como para o pleno desenvolvimento dos indivíduos.

Porém, é preocupante observar os dados do Indicador de Alfabetismo Funcional (Inaf), divulgados a cada dois ou três anos, que apontam para avanços lentos nos níveis de proficiência da população em leitura e compreensão de

texto. Os resultados mais recentes, referentes a 2018, indicam que 3 em cada 10 brasileiros são considerados analfabetos funcionais, enquanto apenas 12% da população alcança o nível “proficiente” na escala de proficiência. Além disso, houve um aumento no número de analfabetos, de 4% em 2015 para 8% em 2018, indicando uma estagnação mais do que um crescimento estatístico.

Diante desse cenário, surge o questionamento: Como os professores da educação básica pública municipal concebem a leitura no contexto escolar, considerando suas realidades sociais e as políticas públicas externas para o aprimoramento do processo de aprendizagem e desenvolvimento da leitura de seus alunos?

Tendo como objetivo neste estudo analisar como os professores da Escola Municipal Professora Donatila da Costa Lima da Rede Municipal Pública de Santa Cruz do Capibaribe, Pernambuco, pensam sobre o trabalho com a leitura no contexto escolar, é importante acentuar as compreensões sobre leitura apontadas por Alves e Gonçalves (2023). Para eles, vários são os significados atribuídos à leitura, pois ler é um processo de entendimento, ou seja, de compreensão do texto lido. Existem diversas possibilidades de leitura, tais como: gráficos, imagens, sons, pintura, expressões faciais, assim, são infinitas as possibilidades de leitura. Essas leituras fazem parte do nosso contínuo processo de aquisição de conhecimento. Através da leitura, o leitor realiza um trabalho ativo de construção de significados.

Gonçalves (2020) apresenta um resumo sucinto do desenvolvimento histórico da principal política de avaliação e distribuição de livros didáticos na Educação Básica do Brasil. Esse processo teve início em 1937 com a criação do Instituto Nacional do Livro (INL) e passou por diversas transformações ao longo das décadas. A partir da década de 1980, essa política educacional evoluiu para o que conhecemos hoje como o Programa Nacional do Livro Didático (PNLD). Com isso, retoma-se a escolha do LD pelos professores, torna-se o LD reutilizável; aperfeiçoam-se as especificações técnicas para a produção da oferta aos estudantes de 1ª e 2ª série de escolas públicas e comunitárias; e, por último, extingue-se a participação financeira dos estados como forma de garantia do critério de escolha do LD pelos professores. (Decreto Lei nº 91.542/1985) (GONÇALVES, 2020).

Por conseguinte, em sua pesquisa, Sousa, Alves e Gonçalves (2023) recorreram às fontes consultadas e assimiladas durante seus estudos. Inicialmente, realizaram uma análise minuciosa dos marcos legais e dos programas voltados para o estímulo à leitura por meio das políticas públicas. No que diz respeito às políticas educacionais relacionadas à disponibilização de livros literários, examinaram diversas

fontes, incluindo o Programa Nacional do Livro e do Material Didático (PNLD) de 2017, o Guia Digital do PNLD 2018 Literário e a Lei nº 14.407, de 12 de julho de 2022. Esta última altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, conhecida como Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, com o objetivo de fortalecer o compromisso da educação básica com a formação do leitor e a promoção da leitura.

Diante do exposto, no mundo contemporâneo, a prática da leitura assume um papel fundamental no desenvolvimento intelectual dos indivíduos. Conforme definido por Aurélio (2023), a leitura é caracterizada como o ato, a arte ou o hábito de interpretar sequências de informações registradas em um meio físico por meio de marcas codificadas. Nesse sentido, ler não se revela uma tarefa simples, pois demanda diversos aspectos, como o desenvolvimento das capacidades cognitivas, o acúmulo de conhecimentos empíricos e outros fatores. A atividade de leitura é intrinsecamente complexa. No entanto, é por meio dela que o indivíduo se torna apto a estabelecer uma comunicação igualitária com os outros. Além disso, é nos textos escritos que podemos explorar outras culturas, descobrir hábitos e narrativas distintas, e verdadeiramente compreender a vastidão da diversidade de ideias, vivências, sonhos e experiências.

Desde os tempos mais remotos da história humana, o ser humano tem buscado desenvolver habilidades que o tornem mais apto a viver em sociedade. A criação de métodos para compartilhar conhecimento tornou-se uma necessidade primordial, conferindo poder e prestígio àqueles capazes de dominá-los, e despertando respeito e admiração entre os membros da comunidade. Surgiram então as primeiras manifestações desse desejo de comunicação e registro, como as inscrições rupestres e símbolos, que evoluíram posteriormente para sistemas mais elaborados, como os hieróglifos e esculturas, representando a conquista mais nobre: o conhecimento.

Nesse contexto, a escrita e a leitura emergem como elementos fundamentais na trajetória da civilização, criando oportunidades ilimitadas, pois a leitura básica é a base de todas as outras formas de interpretação textual. Assim, a prática da leitura se revela como uma porta aberta para a busca de informações e conhecimento. Através de diversas leituras, o indivíduo é exposto a diferentes ideias, o que lhe permite formar sua própria visão diante de diversos textos, estimulando sua criatividade e sensibilidade. Desse modo, ele adquire habilidades essenciais para compreender, interpretar e expressar suas ideias e percepções sobre o mundo ao seu redor.

Segundo Vigotski (2007), nossa formação ocorre por meio das interações intersubjetivas, mediadas pela cultura e pela linguagem, então, quanto mais diversas e enriquecedoras forem as experiências sociais de aprendizado, maior será o potencial

de desenvolvimento e ampliação das capacidades psicológicas e humanas dos indivíduos. Para Vigotski, é a inserção e participação na cultura, especialmente em uma cultura rica e diversificada, que impulsiona o desenvolvimento das características humanas distintas. Portanto, podemos afirmar que, para ele, os padrões de comportamento humano são influenciados pelo contexto histórico e cultural específico.

Vigotski (2007) também salienta que a leitura e a escrita não são habilidades inatas nas crianças, mas sim adquiridas por meio das práticas sociais e culturais nas quais estão imersas. A compreensão dessas habilidades não ocorre de maneira isolada ou biologicamente determinada, mas é construída nas interações sociais, na relação com os outros e com os conhecimentos disponíveis. É por meio dessas trocas de experiências que a aprendizagem e a aquisição da escrita se tornam possíveis, proporcionando às crianças acesso ao mundo simbólico.

Assim, o papel da escola é oferecer um ambiente sistemático que proporcione oportunidades para o desenvolvimento integral das crianças. A leitura não deve ser percebida como uma atividade desnecessária ou obrigatória, mas sim como uma arte que capacita os estudantes a nomear o mundo e descobrir novos horizontes. Ela deve ser encarada como uma ferramenta dinâmica e libertadora, que permite às crianças ampliarem suas competências cognitivas, emocionais e sociais de acordo com suas necessidades individuais.

Para isso, muitas são as políticas públicas educacionais voltadas para o incentivo à leitura no ambiente escolar. Recentemente, a Resolução CD/FNDE/MEC nº 22, de 24 de outubro de 2023, estabelece os critérios e procedimentos para a transferência, execução e prestação de contas dos recursos financeiros destinados às escolas públicas de ensino fundamental anos iniciais, de acordo com as diretrizes operacionais e regulamentares do Programa Dinheiro Direto na Escola – PDDE. Essas escolas são participantes do Compromisso Nacional Criança Alfabetizada, conforme estabelecido pelo Decreto nº 11.556, de 12 de junho de 2023.

O PDDE Compromisso Cantinho da Leitura tem como objetivo facilitar a criação de espaços dedicados à promoção da leitura em salas de aula, adaptados para atender às necessidades específicas de faixa etária, contexto socio-cultural, gênero e identidade étnico-racial dos estudantes. Essa iniciativa está em conformidade com o Decreto 11.556, de 12 de junho de 2023, que estabelece o Compromisso Nacional Criança Alfabetizada. Conforme previsto no artigo 29, incisos II e III deste decreto, são disponibilizados recursos pedagógicos,

equipamentos, materiais e outros insumos necessários para a implementação de programas de alfabetização pelas redes de ensino.

Ainda, desde 1997, o Programa Nacional Biblioteca da Escola (PNBE) tem como propósito facilitar o acesso à cultura e promover a leitura entre alunos e professores, por meio da distribuição de coleções de obras literárias, de pesquisa e de referência. O programa adota uma abordagem alternada, priorizando ora as escolas de educação infantil e ensino fundamental (anos iniciais), ora as escolas de ensino fundamental (anos finais) e ensino médio. Atualmente, o PNBE oferece atendimento universal e gratuito a todas as escolas públicas de educação básica registradas no Censo Escolar.

Por conseguinte, o Plano Nacional do Livro e do Material Didático (PNLD Literário), lançado em 2018, é um programa destinado à seleção de obras literárias para escolas da rede pública, abrangendo os segmentos da Educação Infantil, Ensino Fundamental (anos iniciais) e Ensino Médio. Após uma seleção criteriosa realizada por avaliadores especializados do Ministério da Educação (MEC) e do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) entre as obras inscritas pelas editoras brasileiras, as escolas têm a oportunidade de escolher os livros que integrarão seus acervos, em colaboração com seu corpo docente. A Política Nacional de Leitura e Escrita (PNLE), estabelecida pela Lei Castilho em 2018, visa promover estratégias para garantir o acesso universal ao livro, à leitura, à escrita, à literatura e às bibliotecas.

Já o Plano Nacional do Livro e Leitura (PNLL), instituído em 2006, define diretrizes, metas e detalhes para a implementação das políticas de livro e leitura no Brasil, com o objetivo de democratizar o acesso ao livro, incentivar a leitura e fortalecer a cadeia produtiva do livro. Enquanto, a Plataforma Pró-Livro (2017) é uma ferramenta digital colaborativa destinada ao mapeamento de ações de fomento à leitura. Por meio dela, é possível compartilhar experiências, projetos, estudos, pesquisas e ideias sobre formação leitora e promoção da leitura, oferecendo um panorama abrangente das iniciativas desenvolvidas em todo o país.

Diante desse cenário, diversos estudos têm sido conduzidos para evidenciar a multiplicidade de políticas direcionadas ao estímulo da leitura nas escolas públicas. Contudo, essas pesquisas revelam os significativos desafios enfrentados pelos professores ao tentar implementar tais atividades. Nesse contexto, nosso trabalho foi realizado por meio de uma coleta de dados direcionada aos professores da Escola Municipal Professora Donatila da Costa Lima pertencente à Rede Municipal de Educação de Santa Cruz do Capibaribe, situada no estado de Pernambuco.

## METODOLOGIA

O presente estudo caracteriza-se como uma pesquisa descritiva, pois não fez intervenção e nem alterou a realidade estudada. Trata-se de uma pesquisa qualitativa porque os pesquisadores envolvidos não se propuseram a emitir julgamentos ou permitir que seus preconceitos e crenças pudessem intervir na investigação (LUIZATO, 2003, p. 34). Ademais, é de natureza exploratória, pois tem o objetivo de proporcionar maior familiaridade com o problema, através de uma revisão da literatura sobre o tema discutido.

A pesquisa foi realizada com os professores da Escola Municipal Professora Donatila da Costa Lima, localizada na cidade de Santa Cruz do Capibaribe, no estado de Pernambuco, sendo um total de 20 professores. Destes, 08 são contratados e 12 efetivos, cujas idades variam de 23 a 48 anos. Para a coleta de dados desta pesquisa fizemos o uso de um questionário via Google Forms<sup>3</sup>, sendo constituído por 13 perguntas, destas, 07 com dados sociodemográficos e 06 relacionadas aos conhecimentos teóricos e práticos dos participantes relacionados sobre as políticas públicas educacionais voltadas para a fomentação da leitura na educação básica e as suas dificuldades em lidar com essa realidade dentro da escola.

Este questionário foi disponibilizado aos professores por meio do grupo do Whatsapp da supracitada escola. Dos 20 professores que trabalham na referida escola, 05 se disponibilizaram a contribuir com a pesquisa. Hipoteticamente, acreditamos que o desinteresse por parte dos demais foi o principal motivo para não quererem participar do estudo.

## DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Apresentamos inicialmente uma síntese dos dados coletados. Foram registradas um total de seis respostas válidas, evidenciando o envolvimento substancial dos participantes com o tema proposto. O link para o formulário foi compartilhado no grupo do WhatsApp da escola, convidando os membros a responder voluntariamente, de acordo com sua disposição. Essas contribuições foram originadas por um conjunto diversificado de professores, englobando distintas áreas de especialização e níveis de ensino dentro da instituição.

3. Link com o questionário utilizado na pesquisa por meio do Google Forms, disponibilizado no grupo de professores da Escola Municipal Professora Donatila da Costa Lima: <https://forms.gle/qzg85UXZNmVDmw7Z9>.

Segundo os resultados obtidos, participaram 1 professor do sexo masculino e 4 professoras do sexo feminino, representando, respectivamente, 20% e 80% do total. Quanto à faixa etária, observou-se uma variação entre 25 a 47 anos. No que diz respeito à formação acadêmica, constatou-se que eles possuem graduação em Pedagogia, Matemática e Letras, sendo 2 pedagogos, 2 graduandas em Letras e 1 em Matemática. Em relação ao nível de especialização, todos os participantes possuem apenas pós-graduação Lato Sensu. Quanto ao tempo de experiência, apenas um possui 01 ano, enquanto os demais têm mais de vinte anos de atuação. No contexto da experiência pedagógica em sala de aula, 3 possuem especificamente nos anos finais do ensino fundamental e 2 nos anos iniciais, com uma porcentagem de 60% e 40%, nessa ordem. Atualmente, atuam em diferentes níveis da educação básica: 4º ano do ensino fundamental, 6º ao 9º ano do ensino fundamental, sala de Atendimento Educacional Especializado (AEE) e Educação de Jovens e Adultos (EJA).

Conforme essa descrição, o que nos chamou a atenção foi a participação de um professor de matemática no preenchimento do formulário. De acordo com os Parâmetros Curriculares Nacionais – PCNs (BRASIL, 1997), a abordagem disciplinar tradicional adotada nos currículos escolares, caracterizada por uma estrutura lógica e formal, mostra-se inadequada para atender às necessidades de aprendizagem da maioria dos alunos, uma vez que não é suficiente para alcançar o objetivo de educar para a cidadania. A fim de promover uma formação mais abrangente e significativa, o tratamento desses conteúdos deve integrar conhecimentos de diversas disciplinas, contribuindo para uma melhor compreensão e intervenção na realidade em que os alunos estão inseridos.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB (BRASIL, 2022), representa uma ruptura significativa com os paradigmas estabelecidos pelas legislações anteriores. Essas leis anteriores refletiam uma preocupação com a formação do indivíduo, com a humanização do educando, resultando em um ensino programado. Com a promulgação da nova legislação, houve uma mudança significativa na abordagem do ensino da leitura, que passou a considerar o significado do texto como resultado de uma negociação entre o leitor e o escritor, reconhecendo o leitor como um coautor do texto. Essa alteração se reflete no “Art. 4º, inciso XI”, que agora estabelece a alfabetização plena e a capacitação gradual para a leitura ao longo da educação básica como requisitos fundamentais para a concretização dos direitos e objetivos de aprendizagem, bem como para o desenvolvimento dos indivíduos.



Como mencionado anteriormente, os professores participantes abrangem uma ampla gama de experiências, que vão desde o ensino fundamental inicial até a Educação de Jovens e Adultos (EJA), passando também pela sala de Atendimento Educacional Especializado (AEE). A partir dessa diversidade, compreendemos a importância dos professores proporcionarem aos alunos o contato com a leitura desde os primeiros anos de escolaridade, utilizando uma variedade de materiais para estimular a curiosidade, incentivar a imaginação e oferecer diferentes experiências que os introduzam ao mundo da leitura. É relevante destacar que a prática de leitura envolve todos os sentidos, permitindo que os professores utilizem estratégias sensoriais para envolver os alunos e despertar o interesse pela leitura. Portanto, é fundamental que os educadores cultivem nos alunos o prazer pela leitura desde cedo, com o objetivo de formar leitores críticos e conscientes da importância desse hábito ao longo de suas vidas.

Portanto, ao indagarmos sobre o conhecimento dos participantes acerca das Políticas Públicas Educacionais direcionadas ao estímulo da leitura no ambiente escolar, como o PDDE Compromisso Cantinho da Leitura, o PNBE – Programa Nacional Biblioteca da Escola, o PNLD Literário e a Plataforma Pró-Livro, observamos uma variedade de respostas, revelando, ao mesmo tempo, uma lacuna de conhecimento em relação a esses programas. As respostas foram, em sua maioria, generalizadas. Por exemplo, um dos participantes, graduado em Pedagogia e com um ano de experiência na educação básica, lecionando para uma turma de 4º ano, mencionou: “destinado a avaliar e disponibilizar obras didáticas, pedagógicas e literárias, além de outros materiais de apoio à prática educativa”. Por outro lado, um professor com mais de vinte anos de experiência, formado em Matemática, não respondeu à pergunta, possivelmente devido a dificuldades ou à falta de conhecimento sobre esses programas. Já uma professora da sala de Atendimento Educacional Especializado afirmou: “a escola é bem assistida por programas que promovem o acesso à leitura e conta com profissionais preparados que exploram a leitura de forma interdisciplinar”.

Vale destacar as respostas dadas pelas duas professoras formadas em Letras. Todas com mais de vinte anos de atuação na educação básica, especialistas Lato Sensu com experiências em turmas do 6º ano 9º ano do ensino fundamental e turmas da Educação de Jovens e Adultos (EJA). Respectivamente, responderam: “São programas que disponibilizam materiais/obras que estimulam a leitura e o conhecimento nas redes públicas do Brasil em prol de diversas aprendizagens, como também promovem o acesso à cultura e o incentivo à leitura nos alunos e professores”; “Cantinho da leitura”.

O fato de as professoras formadas em Letras, com vasta experiência e qualificação acadêmica, terem compreendido e reconhecido a relevância desses programas ressalta a necessidade de uma maior divulgação e capacitação dos professores em relação a essas Políticas Públicas Educacionais específicas. Isso sugere que há um potencial ainda não totalmente explorado em termos de utilização efetiva dessas iniciativas do MEC para promover a leitura e enriquecer o ambiente escolar (BRASIL, 2023). Essas professoras demonstraram uma compreensão mais abrangente e específica dos objetivos e benefícios desses programas, destacando sua contribuição para o acesso à cultura, incentivo à leitura e promoção de diversas aprendizagens. Assim, essa lacuna de conhecimento entre os demais professores, pode ser vista como uma oportunidade para investir em formação continuada e estratégias de sensibilização, visando maximizar o impacto dessas políticas no desenvolvimento educacional e cultural dos estudantes.

Quando questionados se a escola possui um dos espaços de leitura, dando como dispostos possíveis Cantinho de leitura, Sala de Leitura, Biblioteca, Outro, 100% dos professores responderam que a escola possui apenas a Biblioteca. Conforme a Imagem A abaixo, caracterizando a pergunta de número 09 do questionário utilizado:

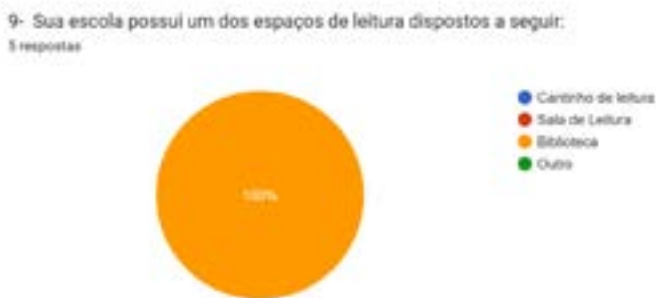


Imagem A – Presença de espaços de leitura na escola – Fonte: Alves e Gonçalves (2024)

Por conseguinte, ao responderem à pergunta de número 10 do questionário, no intuito de saber como o eles consideravam o acervo literário disponível na escola para o trabalho pedagógico com leitura, os professores pontuaram de acordo com a Imagem B abaixo:

10- O acervo literário disponível na escola para o trabalho pedagógico com leitura, você considera:  
5 respostas

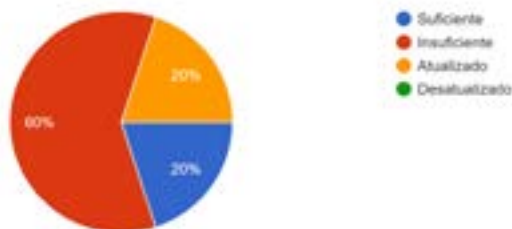


Imagem B – Presença de acervo literário na escola – Fonte: Alves e Gonçalves (2024)

De acordo com as imagens A e B, observamos que o espaço na escola dedicado ao trabalho com a leitura, resume-se apenas à biblioteca, não cumprindo nem mesmo o PDDE Compromisso Cantinho da Leitura (BRASIL, 2023). Entendemos que a limitação do espaço dedicado à leitura na escola pode impactar negativamente a promoção da leitura entre os estudantes. Ao restringir esse espaço apenas à biblioteca, a escola pode não estar proporcionando um ambiente adequado e diversificado o suficiente para estimular o interesse e o hábito da leitura entre os alunos. Além disso, o PDDE Compromisso Cantinho da Leitura foi criado com o objetivo específico de facilitar a criação de espaços adicionais dedicados à leitura nas salas de aula, adaptados para atender às necessidades específicas dos alunos. Portanto, a falta de cumprimento desse compromisso pode representar uma lacuna na promoção da leitura e no desenvolvimento das experiências de leitura dos estudantes.

Por conseguinte, de acordo com a imagem B, ao observar que apenas 60% do acervo literário da escola é considerado insuficiente, isso pode indicar uma possível deficiência na oferta de livros e materiais de leitura diversificados e enriquecedores para os estudantes. Essa situação não apenas reflete uma lacuna na promoção da leitura, mas também pode limitar o desenvolvimento das habilidades de leitura e o estímulo à imaginação e criatividade dos alunos. Portanto, é importante que a escola avalie criticamente seu acervo literário e busque maneiras de ampliá-lo e diversificá-lo, em conformidade com as diretrizes e objetivos do PNLD Literário, visando proporcionar uma experiência de leitura mais enriquecedora e significativa para os estudantes.

É reconhecido que é responsabilidade da instituição escolar proporcionar aos alunos acesso a uma ampla variedade de leituras, permitindo-lhes encontrar

tanto informações quanto entretenimento por meio delas. Torna-se imperativo que a prática da leitura seja incorporada de forma regular ao ambiente das escolas públicas. Conforme destaca Kleiman (1993, p. 87).

[...] quanto mais diversificada a experiência de leitura dos alunos, quanto mais familiaridade eles tiverem com textos narrativos, expositivos e descritos, mais conhecida será a estrutura desse texto é mais fácil a percepção das relações entre a informação veiculada no texto e a estrutura do mesmo.

Portanto, é crucial que a prática da leitura dentro da escola se assemelhe à prática da leitura fora dela. As crianças devem compreender que lemos por diferentes motivos e que cada texto demanda uma abordagem específica, pois possui sua própria linguagem. É fundamental incentivá-las a explorar as leituras do mundo ao seu redor, pois isso contribui não apenas para seu desenvolvimento pessoal, mas também para a construção de suas habilidades de leitura. A vida cotidiana das crianças serve como ponto de partida e de chegada no processo de construção do conhecimento, abrangendo desde as formas mais simples de exploração até as mais complexas. O convívio desde cedo em um ambiente letrado permite que aprendam a decifrar a linguagem dos livros, diferenciando-a da linguagem oral e aplicando-a em diversos contextos. No entanto, para aqueles que não têm acesso a esse ambiente em casa, é papel da escola desenvolver estratégias para incentivá-los e integrá-los ao mundo da leitura.

Posteriormente, quanto às respostas correspondentes à pergunta de número 11 que queria saber como é o processo de aquisição dos livros literários na escola que trabalham, as respostas revelam diferentes perspectivas sobre o processo de aquisição dos livros literários na escola. Por exemplo, a menção ao “*contato contínuo com os livros*”, aqui, a professora do 4º ano destaca a importância da exposição regular dos alunos à leitura para o desenvolvimento de suas habilidades. A resposta destacada pelo professor de matemática “*escolha feita pelos professores*” ressalta o papel ativo dos professores na seleção do material didático, levando em consideração as necessidades e interesses dos alunos.

Além disso, a pontuação ao “*acesso diário durante as aulas e para levar para casa*”, realizada pela professora da sala de Atendimento Educacional Especializado, enfatiza a disponibilidade dos livros para os estudantes tanto dentro quanto fora do ambiente escolar, promovendo o hábito da leitura além dos horários de aula. A referência da

professora de Língua Portuguesa das turmas de 6º ao 9º ano dos anos finais do ensino fundamental ao “PNLD Literário”, quando ela diz “*Através do PNLD Literário*”, evidencia a importância de programas governamentais na provisão de recursos educacionais, enquanto a outra professora de Língua Portuguesa diz que “*Os livros são enviados para a escola através da secretaria de educação*”, destaca a logística envolvida no processo de distribuição do material. Essas diferentes perspectivas demonstram a complexidade e diversidade de abordagens adotadas pelas escolas no que diz respeito à aquisição e disponibilização de livros literários para os alunos.

Na penúltima pergunta, enumerada com a 12ª, o nosso intuito era saber como os professores avaliam o trabalho pedagógico com a leitura em sala de aula na escola que trabalham, as respostas obtidas foram: “Excelente”, destaca a professora do 4º ano; “Bom”, pontua o professor de matemática; “Ótima”, é a resposta da professora do AEE; “Na minha escola, os docentes de linguagens desenvolvem projetos que promovem a leitura e escrita literária”, destaca uma das professoras com formação em Letras, enquanto a outra colega diz “Acho um momento mágico, onde os alunos podem sonhar e construir objetivos”.

A resposta dada pela professora do 4º ano reflete uma avaliação positiva do trabalho realizado, indicando que ela percebe o impacto positivo da prática da leitura em sala de aula. Da mesma forma, a resposta da professora do AEE também demonstra uma avaliação positiva, sugerindo que as estratégias adotadas estão alcançando bons resultados no contexto da sala de Atendimento Educacional Especializado.

Por outro lado, a resposta do professor de matemática pode indicar uma avaliação mais neutra, sugerindo que ele reconhece a importância do trabalho com a leitura, mas talvez enxergue oportunidades de melhoria. A pontuação à realização de projetos que promovem a leitura e escrita literária pelos docentes de linguagens ressalta a importância da interdisciplinaridade e da colaboração entre os professores para o desenvolvimento dessas práticas. Além disso, as respostas que destacam o aspecto emocional e motivacional da leitura, como “momento mágico” e “onde os alunos podem sonhar e construir objetivos”, evidenciam a percepção dos professores sobre o impacto positivo que a prática da leitura pode ter no desenvolvimento integral dos alunos, indo além das habilidades cognitivas.

Por fim, a pergunta 13ª no intuito de averiguar como os professores percebem a eficácia das Políticas Públicas Educacionais destinadas a promover a leitura e como elas se manifestam na prática dentro do ambiente escolar, o professor de matemática nem quis responder, enquanto os demais pontuaram: “*Fornecer ferramentas para a*

*cidadania”; “Boa eficácia, precisa de uma quantidade maior de acervo”; “As políticas públicas educacionais ainda são insuficientes para promover a leitura, entretanto, os professores de Língua Portuguesa têm realizado o trabalho de forma grandiosa diante de diversas limitações nos ambientes educacionais, como baixo acervo literário, ausência de espaços de leitura e bibliotecas, falta de materiais xerografados, etc. As políticas educacionais que promovem a leitura ainda são insuficientes”; “Não vejo avanços”.*

A recusa do professor de matemática em responder pode indicar uma falta de familiaridade ou interesse em relação às políticas públicas educacionais relacionadas à leitura, o que ressalta a importância de uma maior conscientização e formação dos educadores nesse aspecto. Por outro lado, as respostas dos demais professores revelam diferentes percepções sobre a eficácia dessas políticas. A colocação da necessidade de uma maior quantidade de acervo literário destaca uma preocupação com a infraestrutura e os recursos disponíveis para promover a leitura na escola. Já a observação de que as políticas públicas educacionais ainda são insuficientes para promover a leitura aponta para desafios estruturais e limitações enfrentadas pelos professores no ambiente escolar.

Além disso, ao pontuar o trabalho grandioso realizado pelos professores de Língua Portuguesa diante das limitações existentes, ressalta a importância do empenho dos professores na promoção da leitura, mesmo diante de obstáculos. Por fim, a declaração de que não se percebem avanços indica uma visão crítica em relação à eficácia das políticas públicas educacionais existentes.

Diante dos expostos, é inegável que, no contexto escolar, a leitura desempenhe um papel fundamental no processo de busca e construção de conhecimento. Nesse sentido, a prática da leitura é essencial tanto para os professores quanto para os alunos. No entanto, é crucial examinar as condições, os métodos e a aplicabilidade das Políticas Públicas Educacionais voltadas especificamente para essa prática que é realizada dentro do ambiente das escolas públicas municipais.

## CONCLUSÃO

Segundo Freire (2011), o processo de leitura envolve inicialmente a compreensão do mundo ao nosso redor, para só então compreendermos as palavras. Ele argumenta que a leitura das palavras é a extensão da leitura do mundo, e que essa última é fundamental para uma compreensão mais ampla. Freire vai além da mera

decodificação das palavras escritas, enfatizando a importância de uma compreensão mais profunda, que inclui a leitura do contexto e da experiência de vida do leitor.

Nessa mesma perspectiva, a escola desempenha um papel fundamental na formação de indivíduos críticos, alfabetizados e socialmente integrados. No entanto, para alcançar esse objetivo, é necessário garantir uma integração eficaz entre as políticas públicas educacionais voltadas para o estímulo da leitura em sala de aula e suas práticas efetivas no contexto da escola pública. Isso significa que as políticas devem ser implementadas de forma consistente e alinhadas com as necessidades e realidades específicas de cada escola, garantindo que os recursos, programas e estratégias propostos sejam efetivamente utilizados para promover a leitura e o desenvolvimento integral dos alunos.

Para isso, é importante entendermos como essas políticas estão sendo implementadas nas escolas públicas, considerando sua influência no desenvolvimento da leitura entre alunos e professores. Ademais, é preciso analisar como essas políticas estão sendo vivenciadas na prática pedagógica, no cotidiano educacional da escola, se estão atingindo seus objetivos e se estão proporcionando um ambiente propício para a promoção da leitura e, por conseguinte, para a formação do leitor. Essas compreensões contribuem para o aprimoramento e a efetividade das políticas educacionais relacionadas à leitura, levando-as a um redirecionamento com vistas ao fortalecimento da cidadania e da autonomia do sujeito frente aos desafios impostos pela dinâmica social da sociedade brasileira que se constitui como essencialmente, letrada e grafocêntrica

## REFERÊNCIAS

- ALVES, E. S.; GONÇALVES, F. M. da S. O estudo da leitura em sala de aula e as metodologias ativas. *In*: SANTANA, Wilder Kleber Fernandes de; SARAIVA, Luciano Mendes (Org.). **Educação e Práticas Interdisciplinares: Linguagens e Diálogos**. v. 1. São Carlos: Pedro & João Editores, 2023. p. 70-82. Disponível em: <https://pedroejoaoeditores.com.br/produto/educacao-e-praticas-interdisciplinares-linguagens-e-dialogos-vol-1/>. Acesso em: 02 maio 2024.
- BRASIL, Decreto nº 11.556, de 12 de junho de 2023. **Diário Oficial da União** de 13/6/2023. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2023-2026/2023/decreto/D11556.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2023/decreto/D11556.htm). Acesso em 02 de maio de 2024.
- BRASIL. Edital de Convocação Nº 02/2020 – CGPLI. **Processo de inscrição e avaliação de obras didáticas, literárias e pedagógicas para o Programa Nacional do Livro e do Material Didático – PNLD 2020**. Brasília: MEC, 2020. Disponível em: <https://www.gov.br/fnde/pt-br/acesso-a-informacao/acoes-e-programas/programas/programas-do-livro/consultas-editais/>

- editais/edital-pnld-2022/EditalPNLD2022Consolidado6RETIFCAO22.03.2023.pdf. Acesso em: 02 de maio de 2024.
- BRASIL. Ministério da Educação. **Programa Nacional Biblioteca da Escola (PNBE):** leitura e bibliotecas nas escolas públicas brasileiras / Secretaria de Educação Básica, Coordenação-Geral de Materiais Didáticos; elaboração Andréa Berenblum e Jane Paiva. – Brasília: Ministério da Educação, 2008.
- BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria da Educação Básica. **Base Nacional Comum Curricular.** Brasília, DF, 2018.
- BRASIL, Ministério da educação. **Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação/ Conselho Deliberativo.** Resolução nº 22, de 24 de outubro de 2023. Disponível em: <https://midiasstoragesec.blob.core.windows.net/001/2023/11/resoluo-22-2023-programa-cantinho-da-leitura.pdf>. Acesso em: 02 de maio de 2024.
- BRASIL. Ministério da Educação; Ministério da Cultura. **Plano Nacional do Livro e Leitura.** Brasília: MEC, MinC, 2006.
- BRASIL. Lei nº 14.407, de 12 de julho de 2022. **Diário Oficial da União** de 13/7/2022. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2019-2022/2022/Lei/L14407.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2019-2022/2022/Lei/L14407.htm). Acesso em: 02 de maio de 2024.
- BRASIL. Lei n. 13.696, de 12 de julho de 2018. **Diário Oficial da União** de 13/7/2018. Institui a Política Nacional de Leitura e Escrita. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2018/Lei/L13696.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2018/Lei/L13696.htm). Acesso em: 03 de maio 2024.
- BRASIL, Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais: Língua Portuguesa.** Brasília 1997. 41 p. v. 2
- FERREIRA, A. B. de H. **Dicionário Aurélio da Língua Portuguesa.** 2023.
- FREIRE, P. **A importância do ato de ler:** em três artigos que se completam. São Paulo: Cortez, 2011.
- GONÇALVES, F. M. da S. Aprendizagem de gênero textual e das estratégias de leitura na coleção Português Linguagem (PNLD 2017). *In:* SANTOS, E. M. dos; LIRA, M. R. de (Org.). **Práticas e reflexões sobre o livro didático.** Recife, PE: Edupe, 2020. p. 11-30.
- IPM. Instituto Paulo Montenegro. INAF. Indicador de Analfabetismo Funcional. **Estudo especial sobre alfabetismo e mundo do trabalho.** São Paulo: SP; 2016. Disponível em: [https://acaoeducativa.org.br/wp-content/uploads/2016/09/INAFEstudosEspeciais\\_2016\\_Letramento\\_e\\_Mundo\\_do\\_Trabalho.pdf](https://acaoeducativa.org.br/wp-content/uploads/2016/09/INAFEstudosEspeciais_2016_Letramento_e_Mundo_do_Trabalho.pdf). Acesso em: 02 de maio 2024.
- KLEIMAN, A. **Texto e leitor:** aspectos cognitivos da leitura. 2 ed. São Paulo: Ática, 1993.
- LUIZATO, C. Contexto de letramento: é possível trabalhar com produção de texto na Educação Infantil. **Leopoldianum – revista de estudo e comunicação**, v. 28, n. 78, p. 71-73, jun. 2003.
- PLATAFORMA PRÓ-LIVRO. **Instituto pró-livro.** 2024. Disponível em: <http://plataforma.prolivro.org.br/>. Acesso em: 02 de maio de 2024.
- SOUZA, A. V. de; ALVES, E. S.; GONÇALVES, F. M. da. PNLD – Literário e a Formação do Leitor: Reflexões à Luz da Pedagogia Freiriana. *In:* SOTO, A. P. de O.; SANTOS, C. C. de F. S.; DRABACH, N. P. (Org.). **O papel do Nordeste para o desenvolvimento da educação brasileira.** 1 ed. Campinas, SP. Disponível em: <https://www.cedes.unicamp.br/sites/www>.



cedes.unicamp.br/files/documents/2024/01/26\_07\_Ebook\_SERBNE\_1.pdf. CEDES, 2023. p. 74-82. Acesso em: 05 de maio de 2024.  
VYGOTSKY, L. S. **A formação social da mente**. 4. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

#### SOBRE OS AUTORES

**Ericles Souza Alves** é professor da rede municipal de ensino de Santa Cruz do Capibaribe e Panelas, Pernambuco. Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Formação de Professores (PPGFP/UEPB).

*E-mail:* ericles.souza.alves@aluno.uepb.edu.br.

ORCID: <https://orcid.org/0009-0005-0938-2134>.

**Fabíola Mônica da Silva Gonçalves** é professora do Departamento de Educação (Campus I/CEDUC/UEPB). Professora Permanente do Programa de Pós-Graduação Profissional em Formação de Professores (PPGFP/UEPB).

*E-mail:* fmsgoncalves@gmail.com.

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-9951-7012>.

*Recebido em 25 de agosto de 2024 e aprovado em 04 de dezembro de 2024.*